

KANT E O GÊNIO NA FILOSOFIA

DANILO CITRO*

RESUMO: O gênio é a faculdade do *espírito* na obra de arte bela. Este princípio de vida vem da produção de objetos que só o gênio é capaz. Para isto, ele tem a imaginação como um importante responsável. Então analisaremos a faculdade de imaginação na obra kantiana e sua relação com outras faculdades, para aprofundarmos a definição de gênio na *Crítica do Juízo*.

PALAVRAS-CHAVE: gênio, imaginação, belo, sublime.

Kant and the genius in Philosophy

ABSTRACT: The genius is the faculty of *spirit* at the beautiful art. This princip of life comes from the production of objects that only the genius can do. For this, he has the imagination as an important responsible. So, we'll analyse the faculty of imagination at the kantian writes and its relationship with other facultys, for profound the definition of genius from *Critic of Judgment*.

KEYWORDS: genius, imagination, beulty, sublime.

Kant faz do gênio uma parte de seu sistema. O objetivo da obra crítica de Kant é expor, num sistema completo, as faculdades humanas aptas a viver conforme os interesses mais elevados da alma. O conhecimento, a conduta e o sentimento vivo do sujeito diante da natureza compõem as elevadas aspirações e encabeçam cada sistema, cada uma das três críticas. O sistema das faculdades de conhecimento e o da moral se encerram dentro de seus próprios limites que são separados por um imenso abismo, como diz Kant nas duas introduções da *Crítica do Juízo*, mas ambos apresentam algum ponto de convergência. Esse ponto é também sistematizado, apresentando na *Crítica da Faculdade do Juízo* uma relação feliz do sujeito moral no mundo das experiências. O sentimento de vida é resultado do enlaçamento entre os dois grandes mundos em que o sujeito se vê dividido, um acordo entre as faculdades de conhecer e de agir. Ponto aquele que encerra o sistema de Kant num todo.

Assim, as belas artes, que sem os gênios não existiriam, não estão apenas dependentes

* Mestrando em Filosofia na UFOP.

do sistema, mas elas mesmas fazem parte dele. Sem o gênio e as analíticas sobre a bela arte, o sistema inteiro das faculdades, a obra crítica como um todo, teria um sentido completamente diferente. Elas são partes do sistema, e a pretensão de Kant é estabelecer o papel de cada parte, ativas no espírito vivo como um todo. Então gênio e arte têm suas próprias importâncias para a atividade desse espírito vivo. São eles partes da condição de existência do sujeito enquanto se relaciona com o mundo.

A introdução do gênio dentro do sistema crítico é curioso. O próprio Kant o define como um dom natural, um favor da natureza. Mas poucos nascem gênios, assim premiados. As definições na *analítica da faculdade de juízo estética* não deixam, nem de longe, dúvidas. O gênio é um talento inato, ou se nasce favorecido ou não. O sujeito comum não é capaz de desenvolver a faculdade genial. É de se notar sua importância porque Kant faz um trabalho de apuração de todas as faculdades, seus momentos de atividade e suas funções. Um ser humano sadio é aquele que desenvolve todas as suas faculdades. Então por que o gênio, impossível de ser desenvolvido por qualquer sujeito, tem a dada importância dentro do sistema da obra crítica?

A questão acima levantada diz respeito à relação entre o conceito de gênio e o sistema como um todo. É uma tarefa pouco humilde examinar o sistema inteiro da obra crítica de Kant! Então nos limitamos em trazer à tona a definição da faculdade do gênio, para nos aprofundarmos nessa definição. Para isso teremos que apontar algumas peculiaridades das faculdades no sujeito comum, e extrair daí o que o gênio acrescenta, o que lhe é especial.

Gênio é um talento inato, pelo qual a natureza dá regra à arte. E a faculdade do gênio é a de apresentar *idéias estéticas*. Uma obra de arte é produzida a partir da representação dessas idéias. Elas também são responsáveis pela beleza da arte. E, segundo o sistema kantiano, as idéias são estéticas por serem apresentadas pela imaginação. Daí a importância da imaginação em nossa análise.

É a conformidade entre imaginação e entendimento ou razão que está em jogo. A comparação, então, é entre a disposição comum dessas faculdades e a feliz disposição genial. A disposição de um sujeito comum tem uma tendência natural para o auto-desenvolvimento, a realização do sujeito em cada um de seus dois mundos (conhecimento e moral). A disposição natural do gênio é a realização do acordo vivo entre esses dois mundos. Mesmo que o gênio seja um sujeito especial, suas faculdades são as mesmas do sujeito comum. O que pode ser provado porque ele tende a comunicar seus objetos, seu talento, e é justamente o que a bela

arte faz. Então há uma comunicação entre o sujeito comum e o gênio, é a bela arte que faz suas faculdades dispostas de maneira diferente se comunicarem. Por isso, o gênio é capaz de satisfazer as necessidades elevadas da humanidade. Porém, em Kant, a humanidade ainda vive aquela cisão do sujeito em dois mundos distintos, pois a realização genial por meio da obra de arte bela ocorre apenas num plano simbólico, e não efetivo. O gênio não resolve o problema do abismo entre dois mundos vivido pelo sujeito comum, mas comunica um poder natural que nenhuma teoria científica pode descrever. Comunica o *Espírito* na obra de arte bela.

Esse *Espírito* não é capaz de ser conhecido, ser definido por um conceito aplicado na experiência. Digamos que, na linguagem kantiana, a imaginação e razão não esquematizam o *Espírito*. Mas ele resulta da união livre entre os dois. Dentro da relação comum entre as faculdades, o conhecimento somente é efetivado através do acordo entre imaginação e entendimento, que dá possibilidade à experiência. Não é possível uma relação positiva entre imaginação e razão no processo de conhecimento. A experiência é limitada no tempo e no espaço e não corresponde a objetos pensados pela razão. Essa relação somente é possível na apreciação da obra de arte bela, num plano simbólico. Nesse plano, a arte bela do gênio permite a relação entre imaginação e razão numa experiência, levando em conta que a apreciação é uma espécie de experiência. Imaginação é a faculdade que dá possibilidade de sensibilizar conceitos, de apresentá-los, conforme a linguagem kantiana. O gênio é capaz de sensibilizar objetos que a razão pensa, e é capaz de apresentar idéias da razão numa representação de outra natureza. Tal apresentação se chama *idéias estéticas*. O resultado dessa união, a apresentação de *idéias estéticas*, é o sentimento de vivificação do ânimo.

Espírito, em sentido estético, significa o princípio vivificante no ânimo. Aquilo, porém, pelo qual este princípio vivifica a alma, o material que ele utiliza para isso, é o que, conformemente a fins, põe em movimento as forças do ânimo, isto é, em um jogo tal que põe em movimento por si mesmo e ainda fortalece as forças para ele (KANT, 2008, p. 159).

Estamos falando de alguma relação entre a imaginação e objetos da razão. Esta relação harmônica põe em movimento as forças do ânimo. O ânimo inteiro, todas as faculdades são colocados em movimento, que fortalece a si mesmo num jogo. Então a imaginação e seu papel na experiência e a razão e seu papel no tocante a objetos elevados e sublimes estão

inteiramente à disposição do ânimo. Em uma palavra, sua atividade promove a vida no sujeito. Pois bem, vejamos então as peculiaridades que constituem a imaginação e as faculdades intelectuais (razão e entendimento), e destaquemos o limite de nossas faculdades onde o gênio talvez possa transitar.

Já na *Crítica da Razão Pura*, Kant estabelece diferenças entre conceitos e idéias. Nesse caso, ele está se referindo ao conhecimento teórico da Natureza. O entendimento é dotado de conceitos *a priori* que tornam possível a experiência, pois somente através do conceito de substância podemos identificar um objeto como “um algo”, por exemplo. Assim, conceitos são representações abstratas que podemos aplicar aos dados da experiência. Por sua vez, as idéias dizem respeito a representações que não podemos verificar na experiência e não formulam conhecimento efetivo sobre a natureza. São as idéias que dizem respeito à alma, Deus e ao mundo cosmológico, e são representações apenas da razão. Essas idéias regulam os conceitos *a priori* do entendimento num sistema. Sem elas, o entendimento não poderia se orientar para tornar possível a experiência como unidade sistemática. Em resumo, as idéias são representações que só podem ser pensadas, por dizerem respeito a coisas que ultrapassam a experiência.

Já no juízo de gosto, analisado na *Crítica da Faculdade do Juízo*, a imaginação se comporta de maneira bem diversa daquela apresentada na primeira crítica. Ao analisar o papel da imaginação na segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, Kant afirma que ela apenas apreende e apresenta os dados múltiplos da experiência e o entendimento julga conforme as categorias. A adequação dos objetos de ambas as faculdades formam o esquema, sendo que “esquema” significa a síntese do múltiplo sensível numa unidade aplicada pelo entendimento. Assim, a imaginação é determinada pelo entendimento, e temos o conhecimento dos objetos de forma teórica. Por sua vez, pelo juízo do gosto, ela se comporta num jogo livre com relação ao entendimento. A imaginação representa sínteses sem que o entendimento possa julgá-las através de seus conceitos; e isso ocorre justamente porque nesse caso as faculdades se combinam sem interesse de conhecer. Assim, o entendimento não determina *a priori* os objetos que a imaginação representa no juízo de gosto. Não existe um conceito *a priori* de beleza, para determinar os objetos na experiência do belo. Essas representações dizem respeito a objetos belos, e não ao conceito empírico. O sentimento vivo que a beleza promove é subjetivo, embora universal, e não objetivo. Mas ao apreciarmos algo belo, mesmo não tendo o interesse de conhecê-lo, representamo-lo como *um* objeto, embora apenas o

entendimento possa determinar objetos como “um algo”. Porém, como é possível a imaginação apresentar unidade sem ser determinada *a priori* pelo entendimento?

Na *Primeira Introdução à Crítica do Juízo*, Kant nos dá uma pista bem significativa da liberdade da imaginação em apresentar objetos. No que diz respeito ao conhecimento teórico, vemos a imaginação como capacidade de apreensão e de apresentação dos conceitos. O movimento é o seguinte: a intuição apreende o dado sensível, a imaginação esquematiza para o entendimento, que compreende o dado, e a imaginação o apresenta conforme o conceito. Porém, logo na primeira introdução, Kant levanta a possibilidade de apresentação dos objetos através da imaginação sem que seja necessário o estágio de compreensão (de forma teórica) através do entendimento. Lembremos que entendimento não conhece “um algo” empírico sem a participação da imaginação, e compreende o dado sensível somente se for para conhecê-lo. E é a imaginação que apresenta esse objeto como unidade, o entendimento apenas determina conceitos. Notemos ainda que na primeira edição da *Crítica da Razão Pura*, na dedução das categorias do entendimento, Kant atribuía à imaginação a capacidade de conceber o objeto como unidade, possibilidade descartada na segunda edição. Será que Kant em toda sua obra crítica já levantava a possibilidade da imaginação representar unidades? Essa possibilidade foi rejeitada por Kant no que diz respeito ao conhecimento teórico, na segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, dando ao entendimento o papel principal do conhecimento. Mas teria outra forma da imaginação apresentar o objeto como unidade sem determinação *a priori* de conceitos?

No juízo de gosto, a imaginação apreende a própria conformidade do objeto a conceitos. Digamos que a imaginação apreende o jogo, ou arranjo, da conformidade a fins sem apresentar conceitos. Nesse caso, a imaginação apreende *um* objeto particular e almeja o universal pela conformidade. Esse movimento seria o contrário ao que ocorre com as faculdades no conhecimento teórico, o qual o universal se encontra *a priori* no entendimento e ele o aplica ao particular.

O jogo da imaginação com o entendimento na experiência do belo diz respeito aos objetos presentes nas experiências. São belas árvores, belas aves, etc. Podemos dizer que são objetos do entendimento, que dá possibilidade à experiência justamente se limitando a ela. Mas vimos que há objetos que são apenas pensados, pois não se limitam ao tempo-espço da experiência, são objetos pensados pela razão. O que ocorreria com a imaginação se ela, num livre jogo, almejasse o universal a respeito desses objetos da razão, e não somente de objetos

do entendimento? Em outras palavras, se pela imaginação o sujeito tentasse apresentar a absoluta grandiosidade e totalidade do mundo, como ela se comportaria?

Esse comportamento é analisado por Kant na *Analítica do sublime*. Nela, Kant reafirma a superioridade da razão, faculdade de representações tão elevadas que não podemos apreender e nem conhecer através da experiência. A imaginação tende a se comportar da mesma maneira do que na experiência de objetos belos. Mas os objetos são outros, que representam absoluta grandiosidade e força da Natureza. Podemos ter como exemplos as grandes cadeias de montanhas disformes, o horizonte que se confunde com a linha do oceano, as tempestades, etc. O principal sentimento que daí resulta é o de que somos capazes de ser esmagados pela natureza, o sentimento de violência à nossa imaginação. Kant divide esta analítica em duas partes. A primeira diz respeito ao sublime matemático em que expõe como a imaginação sofre na tentativa de apresentar a absoluta grandiosidade da natureza. Uma coisa é a apresentação de objetos singulares, como no belo, outra coisa é a apresentação de tudo ao mesmo tempo, o que é impossível. Por isso a imaginação falha na tentativa de apresentar por inteiro uma cordilheira, por exemplo. A segunda parte diz respeito às forças da Natureza tais como tempestades e furacões no sublime dinâmico. O sujeito se vê na situação de se medir contra as forças onipotentes da Natureza. E novamente se vê superior devido a uma faculdade supra-sensível. Então não é pela imaginação que o sujeito se vê superior. Por isso, a imaginação falha na apresentação do tal jogo livre com a razão, e causa no sujeito um sentimento de violência. Porém, o sujeito sofre também o alargamento da imaginação ao experimentar seus limites. Aqui podemos sugerir que Kant apresenta o limite do sujeito empírico. Ele não se limita somente em questões de conhecimento, mas é um limite estético. O sublime, mais que a promoção de vida como no belo, é a promoção do sujeito supra-sensível, que tem sua morada no mundo moral.

Com o sublime nos deparamos com uma relação negativa da imaginação com a razão. O limite da primeira faz o sujeito experimentar a superioridade da segunda. Sugerimos a possibilidade do gênio apresentar uma relação positiva entre as duas faculdades. Mas tomemos cuidado ao entender nossa afirmação. Essa relação positiva, como já dissemos, ocorre num plano simbólico, o plano da arte bela. Isso porque para Kant é inteiramente impossível que desvendamos por uma faculdade sensível, que no caso é a imaginação, os objetos que a razão aspira. O gênio somente tem capacidade de tornar intuitivo tais objetos no pensamento, e não na realidade efetiva e experimental, onde atua as faculdades teóricas. Da

impossibilidade de haver uma relação positiva e ao mesmo tempo efetiva entre imaginação e entendimento, o gênio transita em outro plano, por isso que as representações produzidas por ele também são de outra natureza e não simplesmente idênticas às representações tanto da razão como da imaginação. As *idéias estéticas* na arte são produtos geniais.

Por isso, há uma comparação notável de Kant entre a idéia estética e a idéia da razão. A primeira é uma representação que nenhum conceito pode encerrar¹ e a segunda é um conceito que nenhuma intuição pode apreender. Mas os dois são semelhantes por representarem objetos que estão acima da experiência:

Tais representações da faculdade da imaginação podem chamar-se idéias, em parte porque elas pelo menos aspiram a algo situado acima dos limites de experiência, e assim procuram aproximar-se de uma apresentação dos conceitos da razão (das idéias intelectuais), o que lhes dá a aparência de uma realidade objetiva; por outro lado, e na verdade principalmente porque nenhum conceito pode ser plenamente adequado a elas enquanto intuições internas (KANT, p. 160, 1993).

Dizer que as representações da imaginação de origem genial são comparadas com as idéias da razão já assegura a importância do gênio dentro do sistema crítico. Ora, ambas as representações estão situadas acima da experiência, o que faz da representação da imaginação genial algo a mais que mera fantasia, mas uma espécie de pensamento sensível de objetos racionais.

O poeta ousa tornar sensíveis idéias racionais de entes invisíveis, o reino dos bem-aventurados, o reino do inferno, a eternidade, a criação, etc. Ou também aquilo que na verdade encontra exemplos na experiência, por exemplo, a morte, a inveja e todos os vícios, do mesmo modo que o amor, a glória, etc. mas transcendendo as barreiras da experiência mediante uma faculdade da imaginação que procura competir com o jogo <Vorspiel> da razão no alcance de um máximo, ele ousa torná-lo sensível em uma completude para a qual não se encontra nenhum exemplo na natureza (KANT, p. 161, 1993).

O sistema kantiano demonstra os limites humanos no que diz respeito ao conhecimento. O sujeito é limitado no tempo e no espaço. O sujeito moral ainda deve

¹ Como a própria definição de beleza na primeira parte da *analítica da faculdade de juízo estética*. A beleza como jogo livre da imaginação com o entendimento não pode ser definido num conceito, senão a imaginação não estaria livre da determinação do entendimento.

transcender as barreiras de sua vontade temporal e sensível. Mas ainda assim o sujeito é limitado. No que diz respeito às faculdades sensíveis, encontramos no sublime a imaginação alcançando seu máximo de apresentação. Esse limite é o trânsito do gênio que faz da relação da imaginação com objetos racionais uma relação positiva, mas no plano simbólico. Podemos até mesmo fazer a seguinte comparação: no conhecimento teórico, a imaginação e o entendimento *esquematisam* e constituem conhecimento efetivo a partir da própria experiência. Na obra do gênio, imaginação e razão *simbolizam* e suscitam pensamentos elevados a partir da bela arte.

Essas são algumas possíveis relações das faculdades do gênio com as do sujeito comum. Façamos ainda algumas observações sobre o próprio gênio dentro do sistema kantiano. O Gênio é um dom inato, por isso é a natureza que dá regra à arte. Aqui Kant se refere à natureza do sujeito. Não procuramos nos demorar sobre o conceito de natureza em Kant. Mas é curioso que em seu sistema o gênio seja um dom inato. O que quer dizer que dentro de uma sociedade, a Natureza dota um sujeito de genialidade, para apresentar objetos elevados de forma original. A obra de arte genial é essencialmente original. De tempos em tempos nasce um gênio para apresentar a originalidade da criatividade. E um gênio é entendido somente por outro gênio. A sociedade apenas aprecia suas produções. Parece que a figura do gênio afirma um conceito de natureza corrente no mundo iluminista. É a época do antropocentrismo, que até mesmo a Revolução Copernicana configura. Então seria uma Natureza Providencial, que se movimenta em prol do melhoramento da humanidade. Sendo esta limitada quanto à aquisição de conhecimentos elevados, a natureza dota um sujeito para transcender os limites entre o sensível e o inteligível e apresentar esses conhecimentos na sensibilidade, embora sem ser de forma teórica e sem ainda resolver o problema do conhecimento da coisa em si, mas apenas apresentar uma experiência simbólica do que não se pode conhecer. E aqui está uma possível interpretação da importância do gênio dentro do sistema kantiano. O sistema crítico de Kant pretende ser uma espécie de mapa de todas as faculdades de interesse elevado do sujeito. Essas faculdades entram num arranjo incompreensível quando a natureza dota um sujeito de genialidade. Talvez o gênio, dentro dessas definições, experimenta uma harmonia perdida com a natureza e se esforça para tornar comunicável esta harmonia, este espírito, que torna vivas as faculdades, vida esta que se alimenta a si própria, num belo jogo de prazer desinteressado.

Referências Bibliográficas

CAYGILL, Howard, *Dicionário Kant*, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

BARBOSA, Jair, *Infinitude Subjetiva e Estética – Natureza e arte em Schelling e Schopenhauer*, São Paulo: Editora Unesp, 2005.

DUARTE, Rodrigo (organizador), *Belo, Sublime e Kant*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

KANT, Immanuel, *Crítica da Razão Pura*, Tradução: Valério Rhoden e Udo Baldur Moosburger, São Paulo: Nova Editora, 1991, v. I e II.

_____, Immanuel, *Crítica da Faculdade do Juízo*, Tradução: Valério Rhoden e Antônio Márquez, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____, Immanuel, Primeira Introdução à crítica do Juízo, Tradução: Rubens Rodrigues Torres, in: Teixeira, Ricardo R. (organizador). *Duas Introduções à crítica do Juízo*. São Paulo: Iluminuras, 1995.

LEBRUM, Gérard. *Kant e o fim da Metafísica*, Tradução: Carlos Alberto Ribeiro, São Paulo: Martins Fontes, 1993.

RODHEN, Valério (organizador), *200 anos da Crítica da Faculdade do Juízo de Kant*, Porto Alegre: Editora UFRGS/Instituto Goethe/ICBA, 1992.

SUZUKI, Márcio. *O gênio Romântico – Crítica e História da Filosofia em Friedrich Schlegel*, São Paulo: Editora Iluminuras, 2007.

Artigo recebido em 30/07/2009

Aceito em 26/09/2009